

Escritos de Direito Civil

Gustavo Kloh Muller Neves

ESCRITOS DE DIREITO CIVIL

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

I. Testamento em Vídeo, Corporificação de Testamento em Vídeo e Disposição Testamentária Incidente em Vídeo: Leituras sob as Óticas da Instrumentalidade das Formas e da Boa-Fé Objetiva	1
II. A Concepção Contratual Clássica e o Compromisso de Compra e Venda como Figura Polissistêmica	3
II.1. Introdução: a visão de orlando gomes sobre a concepção clássica do contrato	3
II.2. Sistema jurídico e compromisso de compra e venda	4
II.3. Princípios justificadora da eficácia real do contrato de compromisso de compra e venda.....	14
II.3.1. A Função Social da Posse da Propriedade.....	14
II.3.2. A Função Social do Contrato.....	18
II.3.3. A Função Social da Empresa.....	24
II.3.4. Conclusão: O Compromisso de Compra e Venda e a Superação do Contratualismo Clássico, Fundada na Funcionalização dos Institutos Jurídicos.....	26
III. Usufruto e Superfície no Direito Empresarial.....	27
III.2. Usufruto de Cotas e Ações.....	30
III.3. Usufruto como Alternativa ao Arrendamento.....	33
III.4. Usufruto Como Alternativa ao Comodato e Outras Modalidades de Cessão	34
III.5. Usufruto Como Alternativa ao “Trust”	35
III.6. Superfície: Considerações Gerais	36

III.7. Superfície Como Método de Planejamento Tributário	38
III.8. Superfície e Incorporação Imobiliária.....	39
III.9. Superfície Como Negócio de Garantia.....	40
III.10. Conclusão	41
IV. Dignidade da Pessoa Humana e Alimentos Compensatórios.....	43
IV.1. Alimentos: Conceito	43
IV.2. Relação Entre Dignidade da Pessoa Humana e Alimentos	44
IV.3. A Expansão da Obrigação Alimentar	45
IV.4. Alimentos Compensatórios: Modalidades.....	47
IV.5. Admissão Jurisprudencial dos Alimentos Compensatório	48
IV.6. Alimentos Compensatório na Reforma do Código Civil.....	52
IV.7. Conclusão	52
V. Inteligência Artificial Generativa e Teoria das Invalidades no Direito Civil Brasileiro	55
V.1. Inteligência Artificial Generativa e Direito Privado.....	55
V.2. Declaração de Vontade e Inteligência Generativa	56
V.3. Inteligência Artificial e Tomada de Decisão em Contratos e Outros Negócios Gera Invalidade por Ausência de Vontade?.....	58
V.4. Erro, Dolo, Inteligência Artificial Generativa e Invalidade. Dever de Revelar o Uso da Inteligência Artificial	60
V.5. Falso Motivo e Invalidade.....	62
V.6. Questões de Autoria e de Direito Autoral e sua Relação com Teoria das Invalidades.....	64
V.6. Conclusão	65

VI. O Plano de Saúde Coletivo de Microgrupos (ou “Falso Coletivo”)

– Admissão da Figura Jurídica e suas Consequências 67

VI.1. Planos de Saúde e a Migração para os Modelos Coletivos.....67

VI.2. Qualificação dos Contratos e Plano de Saúde 68

VI.3. Rescisão Unilateral Limitada.....71

VI.4. Vedação a Reajuste Acima da Tabela da ANS Limitada71

VI.5. Conclusão: Uma Crítica à Luz da Lei de Liberdade Econômica... 73

VII. Liberdade Econômica e Liberdade Familiar: a Desconsideração

Inversa da Personalidade da Pessoa Jurídica na Lei n. 13.874/2019

e os Riscos à Liberdade dela Decorrentes 75

VII.1. Introdução ao Tema.....75

VII.2. Desconsideração Inversa da Personalidade da Pessoa Jurídica.....78

VII.3. Aplicação Típica no Direito de Família: Partilha e Alimentos.....79

VII.4. Liberdade e Direito Empresarial. Risco para a
Liberdade na Tomada de Decisões Empresariais.
Risco para o Patrimônio da Sociedade82

VII.5. Liberdade e Direito Empresarial. Risco para a Liberdade da
Limitação do Comprometimento do Patrimônio no Arranjo
Familiar. Proteção ao Planejamento Sucessório 86

VII.6. O Problema Piorado: A Desconsideração
Expansiva da Pessoa Jurídica89

VII.7. Por que esse Assunto foi Abordado em um Diploma
Legislativo que Propaga a Liberdade Econômica?.....91

VII.8. Conclusão: É Necessário Refletir92

VIII. Prescrição e Responsabilidade Civil Contratual: Reflexões sobre a Alegada Unificação Ocorrida no Julgamento dos Embargos de Divergência nº 1.280/825/RJ	93
VIII.1. Introdução	93
VIII.2. O Que Decidiu o Superior Tribunal de Justiça nos Embargos de Divergência Nº 1.280/825/RJ	96
VIII.3. Pretensões Semelhantes, Prescrições Diferentes? Outros Problemas Surgem	97
VIII.4. Prescrição e Justiça.....	98
VIII.5. Resposta Para 2002 e para 2022	99
VIII.6. Conclusão	101
IX. Invalidades e Defeitos dos Negócios Jurídicos – O Prometido e o Ocorrido em Vinte anos de Vigência do Código Civil	103
IX.1. Introdução	103
IX.2. O que foi Legislado em Termos de Invalidades em 2002	105
IX.3. O que foi Legislado em Termos de Defeitos dos Negócios Jurídicos em 2002	107
IX.4. Como o Pensamento Civilista Brasileiro Absorveu Tais Alterações ao Longo de Vinte Anos: Algumas Manifestações Críticas	109
IX.5. Julgamentos Norteadores do Superior Tribunal de Justiça Envolvendo Defeitos dos Negócios Jurídicos	112
IX.6. Simulação	112
IX.7. Erro	115
IX.8. Dolo	116
IX.9. Coação	117

IX.10. Fraude Contra Credores	119
IX.11. Lesão	122
IX.10. Mirada Crítica: Onde Poderíamos Avançar	123
X. Revisitando o Princípio da Taxatividade dos Direitos Reais	125
IX.1. Introdução	125
IX.3. A Tipicidade ou Taxatividade Aberta e Fechada	126
IX.4. A Tipicidade ou Taxatividade Como Regra	128
IX.5. O Pensamento de Roberta Mauro Medina Maia	130
IX.6. Dois Novos Direitos Reais.....	132
IX.7. Conclusão.....	133
X. Análise Econômica do Direito de Família	135
X.1. Introdução.....	135
X.2. A Nova Organização Jurídica das Famílias	135
X.3. O Afeto Como Valor Jurídico: Contextos e Efeitos.....	137
X.4. Família Líquida: O Novo Paradigma	139
X.5. Visão Sistêmica da Família.....	140
X.6. Reflexões Sobre Análise Econômica do Direito.....	140
X.6. A Análise Econômica Aplicada ao Direito de Família: As Visões de Richard Posner e Gary Becker	143
X.7. Produção Doméstica e Divisão do Trabalho	144
X.8. O Casamento e o Divórcio.....	146
X.9. A Estatística no Brasil.....	148
X.10. A Estatística no Brasil.....	150

X.11. A Escolha do Regime de Bens Sob a Ótica da Law and Economics.....	152
X.12. A Influência do Poder Judiciário no Direito de Família.....	155
XI. Teoria Econômica da Propriedade e dos Contratos.....	157
XI.1. Introdução	157
XI.2. A Relação Sistêmica Entre Direito e Economia	157
XI.3. A Propriedade Privada e Seu Regime Jurídico.....	159
XI.4. Análise Econômica do Direito e os Direitos de Propriedade....	160
XI.5. Escassez.....	162
XI.6. Racionalidade.....	162
XI.7. Incentivos	163
XI.8. Eficiência.....	163
XI.9. Das Externalidades.....	165
XI.10. Custos de Transação.....	166
XI.11. Articulações Entre Bens Públicos e Privados	169
XI.12. “A Tragédia dos Comuns” – The Tragedy of The Commos.....	170
XI.13. Intervenção Estatal nos Direitos de Propriedade e nos Contratos: Maximizar a Eficiência?	172
XI.14. Regras de Propriedade vs. Regras de Responsabilidade.....	175
XI.15. O Contrato e a Propriedade	177
XI.16. Custos de Transação nos Contratos.....	178
XI.17. Propriedade, Contratos, Judiciário e Desenvolvimento	179
XI.18. Decisão Judicial Intersistêmica: Breve Considerações Acerca da Teoria dos Sistemas	181

XII. A Imprescritibilidade de Direitos como Forma de Proteção da Pessoa Humana	183
XII.1. Natureza e Fundamentos da Prescrição.....	183
XII.2. A Construção das Imprescritibilidades	187
XII.3. Imprescritibilidades e Proteção da Pessoa Humana da Obra da Homenageada	188
XII.4. Ações do Estado	189
XII.5. Direito da Personalidade e Danos Patrimoniais	191
XII.6. Outras Questões de Direito de Família	193
XII.7. Situações Excepcionais Correlacionadas ao Regime de Exceção de 1964.....	194
XII.8. Danos a Pessoa Reflexos de Danos Ambientais.....	197
XII.9. Conclusão	199
XIII. A Prescrição da Pretensão de Partilha de Bens Supostamente Integrantes do Patrimônio Comum do Casal.....	201
XIII.1. Fundamentos da Prescrição e sua Intersecção com o Caso....	201
XIII.2. Suspensão da Prescrição e seus Fundamentos	202
XIII.3. A Hipótese da Mancomunhão Persistente Como Óbice	204
XIII.4. Objeções à mancomunhão e Primeiros Fundamentos para a Prescrição da Pretensão de Partilha. Natureza Obrigacional da Partilha.....	208
XIII.5. Prazo de Prescrição da Pretensão de Partilha e a Interação com a Usucapião do Possuidor dos Bens	210
XIII.6. Pretensão Ressarcitória Também Deve ser Afastada	211
XIII.7. Conclusão.....	212

XIV. Os Embriões Criopreservados Excedentários na Dissolução da Sociedade Conjugal	213
XIV.1. Introdução.....	213
XIV.2. A Origem das Batalhas Judiciais por Embriões Excedentes...	214
XIV.3. Status Jurídico do Embrião Criopreservado	218
XIV.4. Direitos dos Envolvidos	230
XIV.5. Quem Fica com os Embriões em Casos de Divórcio?.....	234
XIV.6. Considerações Finais.....	240